

Como Assegurar a Efetividade das Normas Constitucionais de Proteção Ambiental no Brasil: O Desafio da Tensão entre Exploração Econômica e Preservação

Autor(res)

Volnei Rosalen

Adny Resendes Rosa

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SÃO JOSÉ

Introdução

O Brasil, reconhecido internacionalmente por sua biodiversidade excepcional, possui um robusto aparato jurídico para a proteção ambiental, ancorado na Constituição Federal de 1988. Essa consagra o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental, vinculando sua proteção ao princípio da dignidade humana. Contudo, a aplicação dessas normas enfrenta desafios significativos, decorrentes da tensão constante entre exploração econômica e preservação ambiental. Este trabalho analisa os mecanismos necessários para assegurar a aplicação efetiva dessas normas, enfatizando o desenvolvimento sustentável, a governança colaborativa e a adoção de instrumentos jurídicos, econômicos e sociais. A abordagem proposta visa harmonizar interesses econômicos e ecológicos, integrando ações locais e globais para promover uma gestão ambiental eficaz e responsável.

Objetivo

Analisar os mecanismos necessários para assegurar a efetividade das normas constitucionais ambientais no Brasil, conciliando exploração econômica com preservação ecológica. O estudo destaca instrumentos como o licenciamento ambiental, incentivos fiscais e critérios ESG, além de promover ações coordenadas entre governo, setor privado e sociedade.

Material e Métodos

Este estudo utilizou análise documental e revisão bibliográfica de normas brasileiras, como a Constituição Federal de 1988 (artigos 170 e 225), a Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima) e a Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais). Tratados internacionais como o Acordo de Paris e a Convenção sobre Diversidade Biológica foram analisados em sua relação com a legislação nacional. Decisões do STF, incluindo a ADPF 708 (Caso Brumadinho), foram examinadas para compreender o papel da judicialização e do ativismo na proteção ambiental. Além disso, instrumentos práticos como licenciamento ambiental, critérios ESG e incentivos fiscais foram avaliados em sua eficácia. A inclusão da governança democrática e da educação ambiental foi explorada como elementos transformadores para conectar ações locais às metas globais de sustentabilidade.

Resultados e Discussão

Os resultados evidenciam que o fortalecimento institucional e a governança democrática são essenciais para a eficácia das normas ambientais. O licenciamento ambiental rigoroso e independente surge como um instrumento chave para prevenir danos irreversíveis, enquanto incentivos fiscais e a adoção de critérios ESG incentivam práticas sustentáveis. Além disso, a judicialização estratégica e o ativismo judicial foram apontados como ferramentas indispensáveis para garantir o cumprimento de normas constitucionais e compromissos internacionais. A inclusão da educação ambiental no currículo escolar e o engajamento ativo da sociedade em conselhos ambientais e audiências públicas consolidam uma transformação cultural indispensável para equilibrar desenvolvimento econômico e preservação ecológica.

Conclusão

Garantir a efetividade das normas ambientais exige governança integrada e fortalecimento jurídico. A Constituição de 1988 define o direito ao meio ambiente equilibrado, mas superar a tensão entre economia e preservação demanda fortalecimento do licenciamento ambiental, critérios ESG e educação ambiental. Com ações conjuntas, o Brasil pode liderar globalmente na sustentabilidade.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

STF. Caso Brumadinho (ADPF 708).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Acordo de Paris.